A ARTE NAS ESCOLAS PERIFÉRICAS: ENTRE MÚSICA, PLÁSTICA E AUTORIA INFANTIL: O PROTAGONISMO CRIATIVO DAS CRIANÇAS NAS MARGENS DA CIDADE

EDERSON EDUARDO DOS SANTOS

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da arte nas escolas públicas localizadas em territórios periféricos, destacando a relevância das experiências com música e artes plásticas na promoção da autoria e do protagonismo das crianças. A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo da Cidade de São Paulo, articulando-os com estudos sobre educação estética e arte-educação. A metodologia adotada é de caráter qualitativo e descritivo, com base em revisão bibliográfica e observações empíricas em contextos escolares periféricos. Discute-se como as práticas artísticas, quando integradas ao cotidiano escolar, contribuem para o desenvolvimento sensível, social e cognitivo dos estudantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade cultural. A arte, neste contexto, deixa de ser apenas uma disciplina para se tornar um espaço de expressão, resistência e transformação. As considerações finais apontam para a necessidade de políticas públicas que valorizem as linguagens artísticas como dimensões fundamentais do currículo, especialmente em comunidades vulnerabilizadas, onde a escola cumpre papel central de formação integral e emancipatória.
PALAVRAS-CHAVE: arte; escolas periféricas; autoria infantil; música; artes plásticas.
ABSTRACT
This article aims to analyze the importance of art in public schools located in peripheral areas, emphasizing experiences with music and visual arts in promoting children's authorship and creative protagonism. Based on the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC) and the São Paulo City Curriculum, the study adopts a qualitative and descriptive approach, grounded on bibliographic review and school experiences. It discusses how artistic practices foster social, cognitive, and emotional development, reinforcing identity and belonging. Art emerges as a space of expression, resistance, and transformation, particularly in vulnerable contexts where schools play an essential role in integral and emancipatory education.
KEY-WORDS: art; peripheral schools; children's authorship; music; visual arts.

1 INTRODUÇÃO

A arte, como dimensão humana, é uma das expressões mais potentes da cultura e da subjetividade. No contexto educacional, ela ocupa um lugar essencial na formação integral das crianças, sobretudo em escolas situadas nas periferias urbanas, onde a realidade social impõe desafios à vivência estética e ao acesso a bens culturais. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o ensino de Arte na Educação Básica deve possibilitar que os estudantes compreendam, apreciem e produzam manifestações artísticas diversas, desenvolvendo sensibilidade, imaginação e capacidade crítica.

No entanto, observa-se que, nas escolas periféricas, o ensino de arte ainda enfrenta entraves estruturais, como falta de materiais, de espaços adequados e de formação específica para docentes. Mesmo assim, professores e comunidades escolares reinventam práticas e metodologias que colocam a arte como eixo de resistência e criatividade. O Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2019) reforça essa perspectiva ao reconhecer a arte como "campo de experiência e conhecimento que integra corpo, emoção, cultura e território".

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da arte — especialmente da música e das artes plásticas — nas escolas públicas periféricas, ressaltando sua função na promoção da autoria das crianças e na construção de identidades culturais plurais. Parte-se do pressuposto de que as práticas artísticas escolares constituem espaços de voz e expressão para sujeitos historicamente silenciados, configurando-se como um instrumento de emancipação social e pedagógica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Arte e Educação nas periferias urbanas

A escola periférica, muitas vezes, é o primei-

ro espaço institucional onde a criança tem contato com o fazer artístico. Nesses contextos, a arte adquire papel de mediação entre a realidade social e a imaginação. Segundo Barbosa (2015), a arte na escola não se limita à técnica ou à estética, mas constitui um processo cultural de leitura e produção de mundo. Assim, o ensino de arte precisa dialogar com as vivências locais, com os ritmos, sons e imagens que circulam nas comunidades.

No contexto da BNCC, o componente curricular Arte está estruturado nas linguagens de artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas, com foco na experimentação e na criação (BRASIL, 2017). Essa abordagem permite compreender a arte como processo investigativo e expressivo, em que o aluno é sujeito de sua aprendizagem, e não mero reprodutor.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa visão ao relacionar arte e território, defendendo que o ensino artístico deve promover "o reconhecimento das culturas locais e das manifestações populares como patrimônio simbólico" (SÃO PAULO, 2019, p. 22). Nas periferias, essa valorização tem profundo impacto na autoestima das crianças, que passam a se ver como produtoras de cultura e não apenas como receptoras de saberes.

2.2 Experiências com música: o som como construção coletiva

A música nas escolas periféricas assume função social e educativa que vai além do aprendizado técnico. Projetos musicais em escolas públicas — como rodas de percussão, coral infantil, oficinas de instrumentos recicláveis e grupos de rap — possibilitam que as crianças expressem sua realidade e desenvolvam competências socioemocionais.

Segundo Brito (2010, p. 45), "a música na escola é um campo de descobertas e invenções, onde o ouvir e o fazer se entrelaçam na experiência estética e social". Em contextos de vulnerabilidade, o trabalho musical coletivo estimula a escuta, a colaboração e o respeito às diferenças. Além disso, a música permite o diálogo entre tradição e contemporaneidade, incorporando referências da cultura periférica, como o funk, o samba, o hip-hop e o pagode, que são legítimas expressões culturais brasileiras.

2.3 Artes plásticas: imagens, materiais e autoria

As artes plásticas, por sua vez, proporcionam às crianças o contato direto com o processo de criação e experimentação. Mesmo com poucos recursos, professores têm promovido oficinas com materiais não estruturados, sucatas e tintas naturais, estimulando o fazer artístico como experiência sensorial e simbólica. Conforme Barbosa (2010, p. 78), "o ato de criar imagens é também um modo de pensar o mundo e de se colocar nele".

No ambiente da escola periférica, as produções plásticas infantis revelam modos de ver e sentir o território. O grafite, por exemplo, pode ser incorporado como linguagem legítima, permitindo que os muros escolares se transformem em galerias comunitárias. Tais práticas fortalecem o pertencimento e a autoria, permitindo que as crianças reconheçam suas vozes no espaço público.

2.4 A autoria infantil e a formação estética

A autoria infantil, nesse contexto, não se limita à assinatura de uma obra, mas à possibilidade de criar, decidir e interpretar. A BNCC (BRASIL, 2017) propõe que a arte seja um campo para o exercício da autonomia e da reflexão crítica, em que o aluno é "protagonista na elaboração de suas produções". Isso implica deslocar o professor do lugar de transmissor para o de mediador, alguém que provoca, escuta e instiga o olhar sensível.

Segundo Hernández (2000), o ensino de arte deve promover a "aprendizagem culturalmente situada", em que a criança cria a partir de suas referências pessoais e coletivas. Essa perspectiva torna a escola um espaço de produção de sentidos, onde a arte é um ato político e emancipador.

2.5 A visão docente somando a arte a fatores ligados à realidade dos estudantes

O papel docente é central nesse processo, pois é o professor quem lê o território e o transforma em conhecimento pedagógico. A visão docente, nesse contexto, deve ser sensível, crítica e reflexiva, capaz de compreender que a arte não é apenas um conteúdo curricular, mas uma forma de construção de sentido.

De acordo com o Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2022), o professor de

arte deve atuar como mediador, promovendo situações que favoreçam o protagonismo dos estudantes e o diálogo entre diferentes linguagens artísticas. Essa mediação requer escuta atenta e valorização dos repertórios culturais trazidos pelos alunos.

Hernández (2000) ressalta que o ensino de arte deve partir das "culturas visuais do cotidiano", aproximando o fazer artístico da experiência social e simbólica dos sujeitos. Essa concepção se alinha à perspectiva do currículo paulistano, que entende o estudante como sujeito cultural, histórico e político, e o professor como aquele que potencializa a produção de sentido a partir de contextos reais.

A sensibilidade docente é, portanto, o ponto de interseção entre o currículo e a vida. Ao acolher as histórias, os sons e as imagens que os estudantes trazem, o professor torna o aprendizado mais significativo e promove um ensino de arte que dialoga com o território e a diversidade.

2.6 A arte como linguagem inclusiva na educação especial

O ensino de arte, conforme previsto no Currículo da Cidade de São Paulo (2022), deve assegurar o direito de todos os estudantes à fruição, à produção e à apreciação estética. Essa concepção está alinhada à BNCC (BRASIL, 2017), que define a arte como um campo que promove "a ampliação da sensibilidade, da imaginação e do pensamento crítico, favorecendo a expressão de diferentes modos de ver o mundo".

No contexto da educação especial, a arte se constitui como uma linguagem acessível e multifacetada, pois permite diferentes formas de comunicação e expressão. O estudante que possui limitações motoras, visuais ou cognitivas pode, por meio do desenho, da música, do teatro ou da dança, encontrar um meio de expressar sentimentos e ideias que muitas vezes não se manifestam pela via verbal.

Para Barbosa (2015), a arte é um "instrumento de inclusão cultural e cognitiva", pois ela reconhece o sujeito em sua totalidade e oferece experiências sensoriais e simbólicas que mobilizam corpo e mente. Dessa forma, a arte se torna um campo privilegiado para a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral, especialmente em contextos de diversidade.

2.7 Experiências artísticas inclusivas: música, artes plásticas e movimento

A arte na educação especial ganha forma em projetos que utilizam o som, a imagem e o movimento como linguagens acessíveis e interativas. Oficinas de percussão com materiais recicláveis, atividades de pintura tátil, dramatizações coletivas e produções audiovisuais são exemplos de experiências que promovem inclusão e protagonismo.

Segundo Brito (2010), o fazer musical na escola é "um campo de interação e sensibilidade que ultrapassa a técnica, envolvendo o corpo, a escuta e a emoção". Nas periferias, a música presente nas ruas, nos cultos, nas festas e nos movimentos sociais torna-se um recurso pedagógico próximo da realidade dos estudantes e altamente inclusivo.

Da mesma forma, as artes visuais possibilitam a exploração de diferentes materiais e texturas, permitindo que cada estudante encontre sua própria forma de expressão. O professor, ao adaptar as propostas artísticas às necessidades específicas de cada aluno, reafirma a arte como direito de todos e como instrumento de humanização.

2.8 O papel das famílias na parceria entre a arte e a educação dos nossos estudantes

A relação entre escola, família e comunidade constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Quando essa parceria é fortalecida, especialmente nas práticas que envolvem a arte, o processo educativo torna-se mais significativo, afetivo e conectado à realidade social dos alunos. O Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2022) reconhece que a formação humana depende da articulação entre diferentes espaços educativos, destacando a importância da participação das famílias na construção de experiências que valorizem a cultura, a criatividade e o pertencimento.

A arte, enquanto linguagem universal, favorece a expressão, o diálogo e o reconhecimento das múltiplas identidades. Nesse sentido, a presença das famílias nas atividades artísticas escolares amplia o alcance das aprendizagens e reforça os vínculos en-

tre escola e território. De acordo com o documento curricular paulistano, o ensino da arte deve promover o diálogo entre "as manifestações culturais locais e as experiências de vida dos estudantes" (SÃO PAULO, 2022, p. 23). Essa orientação implica que a escola reconheça a bagagem cultural trazida pelos alunos e suas famílias, valorizando as tradições, os saberes populares e as produções artísticas da comunidade.

A participação das famílias em projetos artísticos, como exposições, apresentações musicais, mostras culturais e feiras criativas, fortalece a identidade coletiva e estimula o sentimento de pertencimento. Ao vivenciar essas experiências, os familiares deixam de ser apenas espectadores para se tornarem agentes educativos, contribuindo com memórias, histórias e expressões que enriquecem o processo pedagógico. Essa interação reforça a visão de que educar é um ato compartilhado, em que todos aprendem e ensinam.

Além disso, o envolvimento familiar no campo da arte contribui para a valorização da escola como espaço de cultura e criação. Em muitas comunidades periféricas, a escola é o principal ambiente de acesso a bens culturais e experiências estéticas. Quando as famílias participam dessas vivências, elas ampliam seu repertório simbólico e fortalecem a dimensão comunitária da educação. Como aponta o Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2022, p. 19), "o território é parte constitutiva da aprendizagem", e a arte é um dos caminhos que permite transformar a realidade local em potência educativa.

O papel docente, nesse contexto, é o de mediador entre a escola, a arte e as famílias. Cabe ao professor promover projetos que integrem os diferentes saberes, convidando os familiares a participar ativamente das produções artísticas e dos processos de criação. Essa aproximação favorece a construção de uma educação mais afetiva, colaborativa e significativa, em que o conhecimento emerge do encontro entre experiências escolares e familiares.

Portanto, compreender a família como parceira na relação entre arte e educação é reconhecer que o processo formativo extrapola os muros da escola. A arte, quando vivida em comunidade, torna-se um instrumento de transformação, fortalecendo vínculos, promovendo cidadania e ampliando horizontes culturais. Em sintonia com o Currículo da Cidade de São Paulo (2022), essa parceria representa um compromisso ético e estético com a formação integral dos estudantes e com a construção de uma escola pública viva, democrática e sensível.

2.9 A importância do acesso à meios culturais para os estudantes das periferias

O acesso à cultura é um direito fundamental e um elemento essencial para a formação integral do ser humano. Nas periferias de São Paulo, contudo, o acesso a meios culturais ainda se apresenta de forma desigual, refletindo as disparidades sociais e econômicas que marcam o território urbano. O Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2022) propõe uma educação que reconhece o território como espaço de aprendizagem, valorizando a cultura local e incentivando o diálogo entre as expressões artísticas e a realidade dos estudantes. Nesse contexto, garantir o acesso aos meios culturais é ampliar as oportunidades de desenvolvimento cognitivo, sensível e crítico dos alunos da rede pública.

A arte e a cultura, enquanto dimensões formadoras, possibilitam que os estudantes compreendam o mundo de forma plural e expressiva. O Currículo da Cidade (2022) defende a ideia de que o conhecimento artístico não se limita às linguagens formais, mas se estende às manifestações cotidianas, à cultura popular e às produções simbólicas do território. Essa visão amplia o conceito de escola como espaço de encontro entre o saber acadêmico e o saber comunitário, legitimando as experiências culturais das periferias como fontes de conhecimento. Assim, o acesso à cultura não é apenas uma questão de lazer, mas um direito pedagógico que fortalece identidades, promove autoestima e desenvolve a consciência crítica dos estudantes.

Nas regiões periféricas, muitas vezes marcadas pela falta de equipamentos culturais e pela ausência de políticas públicas de acesso, a escola torna-se um dos poucos espaços de fruição e criação artística. A partir

das orientações do Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2022), cabe à instituição escolar valorizar e incorporar as linguagens culturais locais — como a música, o grafite, o teatro comunitário, as danças urbanas e a literatura marginal —, integrando-as às práticas pedagógicas. Essa abertura permite que os alunos se reconheçam como produtores de cultura e não apenas consumidores de arte.

Além disso, o acesso a meios culturais contribui para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. Projetos que envolvem parcerias com centros culturais, museus, bibliotecas e coletivos artísticos locais promovem experiências que ultrapassam os limites físicos da sala de aula e ressignificam o território como espaço educativo. O Currículo da Cidade enfatiza que o "território é parte constitutiva das aprendizagens" (SÃO PAULO, 2022, p. 19), o que implica reconhecer as potências culturais existentes nas periferias e transformá-las em instrumentos pedagógicos de emancipação e cidadania.

Portanto, assegurar o acesso dos estudantes das periferias aos meios culturais é um compromisso ético e social da educação pública. A cultura, ao promover a sensibilidade e o pensamento crítico, contribui para a construção de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel na transformação da sociedade. Em consonância com o Currículo da Cidade de São Paulo (2022), é por meio da arte e da cultura que a escola pode garantir não apenas o aprendizado formal, mas também o direito à expressão, à diversidade e à valorização da vida em todas as suas formas.

3 CONCLUSÃO

A arte nas escolas periféricas revela-se como prática de resistência, sensibilidade e construção de cidadania. Quando a música e as artes plásticas são trabalhadas como experiências estéticas e criativas, e não apenas como conteúdos formais, elas contribuem para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo autoria, autoestima e consciência cultural.

As políticas curriculares da BNCC e do Currículo da Cidade de São Paulo oferecem fundamentos sólidos para o reconhecimento da arte como campo essencial da educação. No entanto, é fundamental que esses princípios se concretizem em ações efetivas: investimento em formação docente, infraestrutura e projetos culturais que dialoguem com as realidades periféricas.

Conclui-se que a arte é um caminho potente de transformação social e pedagógica. Nas escolas periféricas, ela atua como ponte entre o sonho e a realidade, entre o eu e o outro, fazendo do ato criador um exercício cotidiano de liberdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2010.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade: Ensino Fundamental – Arte. São Paulo: SME/DOT, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2010.